

Nos Cinquenta Anos da NATO: Algumas Reflexões sobre a Operação de Paz na Bósnia-Herzegovina*

António Vitorino

Deputado ao Parlamento Europeu

* Comunicação apresentada ao Seminário “Portugal e as Operações de Paz da Bósnia”, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional em Lisboa, em 10, 11 e 12 de Março de 1999.

1. O corrente ano de 1999 é particularmente propício à exercitação da nossa tradicional (e tão portuguesa!) “veia comemoracionista”, tantos são os balanços que se vão abater sobre as nossas indefesas cabeças: do milénio, do século e naturalmente, também, do meio século do Tratado do Atlântico Norte. A circunstância de a OTAN comemorar cinquenta anos justificaria, por si só, a celebração e a homenagem que lhe é indubitavelmente devida, pelo papel insubstituível que desempenhou, nesta segunda metade do século, na salvaguarda da paz e da estabilidade no continente europeu e no reforço da relação transatlântica que constituiu o seu principal garante. Mas estou em crer que o especial significado desta celebração assenta sobretudo no facto de a NATO, enquanto aliança político-militar, se encontrar precisamente num “ponto de viragem” cujo desenvolvimento futuro se não me afigura totalmente esclarecido.
2. É para mim evidente que a NATO tem vivido, desde a queda do Muro de Berlim, uma crise de meia idade. Os seres humanos, quando ultrapassam a crise dos quarenta com boa saúde e um ânimo reforçado, podem encarar com algum optimismo o pleno desfrute da maturidade que chega com os cinquenta anos. Provavelmente com as organizações internacionais também se passa algo de semelhante.
3. Com efeito, com o fim da Guerra Fria, a desagregação do bloco soviético e o subsequente advento de uma “nova era” de pretensa “paz global”, a NATO parecia confrontada com uma honesta e idónea proposta de reforma antecipada por desadequação ao posto de trabalho. A frase humorística “NATO must go out of area or go out of business” acabou por se transformar num poderoso guia orientador: a NATO passou a preocupar-se com a sua actuação “out of area”, assumindo um protagonismo central em missões de gestão de crises, missões humanitárias e de paz que representam, hoje, um instrumental fundamental do mesmo “business”: a garantia da paz e da estabilidade internacional.
4. Para muitos pode constituir um paradoxo o facto de a primeira grande acção efectiva da NATO ter tido lugar na Bósnia-Herzegovina, em 1995, enquadrada na designação genérica de “missão de paz”. Ou seja, “out of area” e num “business” apenas aparentado ao seu “core”.

Independentemente da controvérsia que a própria qualificação das missões da IFOR (Implementation Force) e da SFOR (Stabilization Force) possa revestir-se à luz das denominadas “operations other than war», a verdade é que, inequivocamente, o grande teste à capacidade operacional da estrutura político-militar da Aliança (cadeia de comando, entrosamento de forças, sistemas de comunicações e de informações, meios de transporte e de reabastecimento) ocorreu fora do âmbito do artigo V do Tratado de Washington e da específica lógica de defesa colectiva que originariamente representou a grande razão de ser da Aliança, desenrolando-se “fora da área” da sua actuação, tal como esta sempre foi concebida e em função da qual foi definida a sua estrutura.

5. Se é verdade que este facto serviu para alguns ampliarem as suas críticas à existência da Organização, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, não é menos verdade que, simbolicamente, esta circunstância representa o mais cabal testemunho do insubstituível papel que a NATO desempenhou desde 1949: a garantia da paz e da estabilidade no continente europeu e na sua vertente transatlântica. E simultaneamente representa também a homenagem devida não só ao sucesso da Organização durante a Guerra Fria, mas também à sua capacidade de adaptação aos novos tempos, expressa na revisão do seu Conceito Estratégico, levada a cabo em 1994, precisamente em função dos novos desafios que a conjuntura internacional passou a apresentar após a queda do Muro.
6. A participação de Portugal na IFOR e na SFOR teve, assim, a sua primeira razão de ser no quadro da solidariedade aliada que constituiu o cimento aglutinador da NATO nestes seus cinquenta anos de existência. Tratou-se de uma decisão particularmente difícil, na medida em que representou um regresso das Forças Armadas portuguesas a um teatro de operações europeu, donde havíamos estado ausentes desde a I Guerra Mundial e cuja memória colectiva não pode ser tida como muito favorável. Mas foi uma decisão propiciada pela consciência profunda de que a pertença a uma Aliança determina não apenas direitos de solidariedade mas também deveres de partilha de responsabilidades e de riscos, uns e outros faces da mesma moeda. O que resulta ainda mais sublinhado pelo facto de o Mundo em que

vivemos ser caracterizado pela proliferação das interdependências e pela multiplicação de ameaças de tipo novo, com contornos nulos e exigindo profundas reformulações nas estruturas e nos métodos de lhes responder com eficácia.

7. A credibilidade da estrutura operacional da NATO, da sua cadeia de comando e de controlo, da sua rodagem em termos de comunicações e de informações, a sua cultura de entrosamento de forças militares multinacionais constituíram, sem dúvida, os mais poderosos aliados de uma decisão favorável por parte das autoridades portuguesas. Sobre a relevância destes elementos, mesmo para além da decisão política em si mesma considerada, falam as respostas a diversos inquéritos e sondagens, feitos junto dos próprios militares envolvidos na operação e da opinião pública em geral. A partilha deste sentido de responsabilidade para com os nossos parceiros da Aliança, assumida por um largo espectro político em Portugal, constituiu a demonstração cabal de que, entre nós, a presença na NATO constitui um factor aglutinador de vontades políticas e um elemento estruturante da nossa política externa. A que acresceu não apenas a vontade e empenhamento das nossas Forças Armadas, assumida a todos os níveis da sua hierarquia, mas também a consciência profissional dos nossos militares de que, perante estes novos desafios, se impunha tomar nas nossas próprias mãos a responsabilidade maior de adaptar a estrutura organizativa do nosso dispositivo militar às regras de empenhamento nestas missões conjuntas de tipo novo, que marcam de forma profunda o ambiente internacional em que se desenvolvem as funções de defesa e de segurança. Creio sinceramente que o profissionalismo e o elevado brio com que os militares portugueses assumiram este desafio e desempenharam a missão demonstra, acima de tudo, a grande maturidade das nossas Forças Armadas e representa um assinalável ponto de viragem na sua preparação, por forma a continuarem a dar um contributo inestimável à sustentação da posição de Portugal no Mundo.
8. Neste capítulo é minha convicção pessoal, quer fruto do contacto directo e intenso que pude ter com os militares envolvidos na operação, quer fruto dos inquéritos que entidades externas ao Governo e às Forças Armadas levaram a cabo junto dos protagonistas directos da

missão, que os militares portugueses deram provas de grandes qualidades não apenas profissionais mas também – e sobretudo – humanas perante a situação de enorme melindre e elevado potencial de conflito com que se defrontaram. Na realidade, a dimensão humanitária e de salvaguarda dos direitos humanos daquelas populações martirizadas esteve sempre presente na actuação, não só conjunta mas também individual, dos militares envolvidos, dentro dos apertados limites de segurança impostos face aos perigos e aos riscos que a missão sempre envolveu. Este sentido de tolerância e de entreatada humana, reconhecido com especial ênfase pelas populações locais e seus representantes, foi um instrumento essencial da capacidade de entrosamento na vida quotidiana das pessoas com quem os nossos militares foram chamados a conviver e de garantia da aceitação pacífica da própria presença militar portuguesa. A que acresceu um comportamento irrepreensível de neutralidade face às forças étnicas e religiosas em presença, sem pré-compreensões nem hostilização das diferentes partes, o que muitas vezes exigiu aliar a capacidade operacional a uma intensa acção diplomática no terreno, assumida directamente pelos comandantes da força e seu Estado-Maior, com o inestimável apoio do aparelho diplomático português em Sarajevo e em estreita articulação com os agentes das forças de segurança (GNR e PSP) que desempenharam missões de garantia da ordem pública nas mesmas áreas.

9. Paralelamente ao valor da solidariedade aliada no âmbito da NATO, creio poder afirmar que pesou de igual modo na decisão tomada a consciência política de que a resolução da crise na Bósnia-Herzegovina era uma especial responsabilidade dos países europeus, especialmente dos que integram a NATO. Com efeito, provada que foi a relevância central da aliança transatlântica na assunção de uma missão de paz cominada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como o papel determinante do empenhamento dos Estados Unidos da América na obtenção dos Acordos de Dayton e na estruturação da própria operação militar, seria insustentável que os países europeus não assumissem a sua quota-parte de responsabilidade em nome da própria estabilidade do nosso continente comum e dos vínculos de solidariedade intra-europeia. Na realidade, a distância geográfica de Portugal em relação ao teatro de operações nunca seria suficiente para

justificar qualquer alheamento do nosso país, quando o que estava em causa era a estabilidade de todo o continente, muito em especial do espaço político-económico que partilhamos, que é a União Europeia. Neste contexto, para além do cumprimento escrupuloso de deveres específicos contraídos no âmbito da NATO, foi determinante na decisão tomada o sinal que também pretendemos dar de que, cada vez mais, a União Europeia e os seus Estados-membros terão que assumir acrescidas responsabilidades políticas, diplomáticas e militares, na garantia da paz e da segurança no continente europeu, pelo que a solidariedade europeia pesou tanto naquela decisão quanto a fidelidade à própria Aliança de que somos membros fundadores.

10. Este duplo circunstancialismo permitiu sublinhar ainda o novo posicionamento de Portugal no Mundo que temos vindo a construir, e que legitimamente aspiramos seja continuamente ampliado. Com efeito, depois de durante largos anos termos estado centrados no teatro de operações africano em virtude da guerra colonial, e das convulsões do período de 1974-1975, o que, por diferentes razões, nos arredou, em parte, da própria dinâmica de desenvolvimento da NATO, a estabilização do regime democrático e a integração de Portugal nas Comunidades Europeias reconduziu-nos a um quadro de intervenção centrado na vertente atlântica e no contexto europeu. Este movimento recentrador, contudo, não diminuiu o nosso grau de compromisso com a realidade africana especialmente nos países de língua oficial portuguesa, como o demonstram a participação nas forças de paz das Nações Unidas em Moçambique (a ONUMOZ) e em Angola (as sucessivas UNAVEM e mais recentemente a MONUA), bem como no Sara Ocidental (a MINURSO), a continuada cooperação técnico-militar com todos os cinco países e a constituição da própria Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a CPLP) e o projecto de, no seu âmbito, incluir progressivamente a própria dinâmica da defesa e militar. Sem embargo, ao assumirmos com clareza e determinação as nossas responsabilidades europeias e enquanto membro da NATO, pretendemos afirmar Portugal não apenas como um país que (legitimamente) solicita solidariedades em seu benefício próprio (como é o caso da coesão económica e social no âmbito da União Europeia), mas também como um protagonista responsável da cena internacional que, na medida das suas possibilidades, dispensa solidarie-

dade a outros em nome de objectivos comuns e é capaz de partilhar o esforço colectivo em prol da paz e da estabilidade internacional. E demonstrámos fazê-lo suportando custos financeiros de vulto, proporcionalmente até superiores ao de outros parceiros da Aliança, com um empenhamento que mereceu o reconhecimento generalizado, reconhecimento esse tanto mais gratificante quanto assumido pelas próprias populações da Bósnia junto de quem actuamos, independentemente da sua etnia e do seu próprio grau de aceitação e adesão ao processo de paz desencadeado em Dayton. É minha convicção de que este específico posicionamento de Portugal no Mundo contribuiu, de forma relevante, para o largo apoio que foi dispensado à nossa candidatura a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1997-1998.

11. A decisão de participação nesta missão da NATO assentou, sob o ponto de vista político-militar, numa tripla vertente de considerações. Em primeiro lugar no grande entrosamento entre os responsáveis políticos dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, sob a directa orientação do primeiro-ministro, repercutida na relação íntima estabelecida em todos os momentos entre a cadeia hierárquica de decisão militar e a acção diplomática do Estado, com especial destaque para a actuação da nossa Representação Permanente junto da NATO, em Bruxelas. Sendo em princípio dois sectores cujo “compimento de onda” nem sempre é totalmente coincidente, bem se pode dizer que foi possível desenvolver naqueles dois tabuleiros uma estratégia única que potenciou os nossos interesses nacionais e garantiu resultados apreciáveis para o nosso país.
12. Em segundo lugar, o processo de preparação das forças foi iniciado pelo XII Governo Constitucional, contemplando três possibilidades alternativas que assim foram disponibilizadas ao XIII Governo, no essencial com idêntico grau de preparação e aprontamento, no quadro do qual foi possível conferir acrescida prioridade a certos programas de reequipamento que beneficiaram das disponibilidades Financeiras constantes da Segunda Lei de Programação Militar. A opção veio a recair numa unidade do Exército Português, o Batalhão da Brigada Aerotransportada Independente, dotado de meios logísticos complementares e do apoio tático de um Grupo da Força Aérea Portuguesa,

num total de perto de mil homens, escolha sobretudo determinada pela natureza da missão e pela específica posição no terreno que nos competiria ocupar (cujo conhecimento beneficiou da experiência anteriormente adquirida nos Balcãs pela participação da Força Aérea Portuguesa e da Armada Portuguesa na Missão Sharp Guard e no Comando da Stanavforlant). O melindre da zona onde fomos chamados a actuar e os perigos inerentes ao tipo de missões que foram confiadas ao nosso contingente aconselharam a escolher uma força numerosa, com elevado poder de dissuasão e de resposta a eventuais agressões, susceptível de garantir a sua autodefesa em situações de emergência durante um período de tempo compaginável com a activação por reforço das demais forças de apoio presentes na mesma área. Acresce que o Sector que nos foi confiado – e que aceitámos – embora envolvendo uma enorme sensibilidade política e militar, por corresponder a um corredor (de Gorazde) em que dois terços da sua extensão se situavam na zona da República Serpska, bem perto de Pale e do Quartel-General de um dos mais relevantes exércitos dos bósnios sérvios, integrava-se numa área de actuação (a Zona Sudeste, com comando em Sarajevo) onde se concentravam as Forças de vários países com quem temos diversas afinidades do ponto de vista político-militar (italianos, espanhóis e franceses), com os quais se podia antever um mais fácil entrosamento no terreno, designadamente por razões de melhor entendimento linguístico e cultural.

Como sempre foi afirmado, a força escolhida integrava exclusivamente militares dos Quadros Permanentes e militares em regime de voluntariado e de contrato, tal como sucedeu com os turnos de rendição que, aliás, foram definidos de acordo com os padrões NATO atendendo ao elevado desgaste que a missão envolvia.

13. Em terceiro lugar, o processo de decisão política foi prosseguido em íntima articulação com os demais órgãos do Estado com competências específicas no domínio da política externa e de defesa nacional: o Presidente da República, a Assembleia da República (Comissões de Negócios Estrangeiros e de Defesa Nacional), o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior Militar e os partidos políticos com representação parlamentar, ao abrigo do Estatuto da Oposição. Creio que esta metodologia permitiu um esclarecimento exaustivo das condicionantes da missão, a expressão de inquebrantável solida-

riedade entre os vários órgãos de soberania e um reforço substancial do sentido nacional das missões das Forças Armadas. Este caldo de cultura, mesmo que aqui e além marcado por algumas divergências partidárias, foi fundamental para a moral das forças no terreno, muito especialmente nos momentos difíceis onde se registaram baixas na força, onde foi marcante o sentimento de solidariedade de todos os quadrantes políticos em torno dos militares envolvidos na missão e da respectiva cadeia de comando.

14. No plano organizativo, a missão da IFOR foi de um inestimável valor quanto à análise das prioridades de aprontamento e sustentação de uma força com as características daquela a quem foi confiada a tarefa de integrar a missão da NATO na Bósnia-Herzegovina. Não creio que seja nesta sede que se justifica elaborar detalhadamente sobre este tema, mas sempre poderia adiantar que cumpre destacar as dificuldades recenseadas quanto ao transporte de pessoas e de material (sentidas, aliás, em maior ou menor grau, por todos os países participantes com a única exceção dos EUA), a necessidade de montar uma cadeia de abastecimentos própria que atendesse às especificidades nacionais (designadamente no tocante à alimentação), a inexperiência na utilização de alguns equipamentos em ambiente natural particularmente rigoroso (a neve e o frio intenso no Inverno, um calor tórrido e seco no Verão) e a ausência de concepções doutrinárias e mesmo de regras de empenhamento de forças adequadas a estas missões de tipo novo e à circunstância de nelas confluírem elementos tipicamente estruturantes de uma missão militar, tal como classicamente a entendemos, e elementos mais próximos das funções de garantia e manutenção da ordem pública e da segurança dos cidadãos, atribuídas por definição a forças de tipo policial. Neste particular o historial (ainda por fazer) da questão da perseguição e detenção dos criminosos de guerra é um inesgotável e fecundo “case study” das dificuldades destas novas temáticas com que estaremos cada vez mais confrontados.
15. Neste capítulo cumpre reconhecer que, no plano da própria decisão política, cresceu ainda a necessidade da progressiva adaptação da própria cadeia de comando e dos procedimentos de articulação, ao mais alto nível, das competências legais do Estado-Maior General das Forças Armadas e dos Estados-Maior dos Ramos envolvidos, o que,

em meu entender, aconselha a que em breve se proceda a uma alteração dessa estrutura de cúpula em termos mais conformes com as necessidades deste tipo de operações e da sua decerto inelutável futura natureza de emprego conjunto e combinado de forças. Com efeito, o quadro legal vigente (a Lei de Defesa Nacional e a Lei de Bases da Organização e Funcionamento das Forças Armadas) mostra-se especioso na caracterização do modelo organizatório em situações de paz e de guerra, mas carece de uma especificação mais rigorosa, em termos de responsabilidades de aprontamento e de comando operacional de forças conjuntas quanto às situações “intermédias” ou “de transição”, como as que se detectam nas missões de paz com elevado grau de exposição das forças e de risco de conflito violento.

16. Paralelamente foi necessário colmatar algumas lacunas legislativas referentes ao regime jurídico dos militares neste tipo de missões de natureza nova e essencialmente distinta das situações de guerra. Com efeito, o quadro local pertinente era ainda o que decorria da guerra colonial, mostrando-se em diversos aspectos desadequado às missões de paz como a da Bósnia, pelo que foi necessário não só adoptar um conjunto de medidas sobre o estatuto jurídico do pessoal envolvido na missão e sobre as próprias condições remuneratórias, regime este que foi de igual modo estendido aos demais militares portugueses envolvidos nas missões em Angola e no Sara Ocidental. Do mesmo modo foi necessário complementar o regime de assistência e protecção na doença e em caso de aquisição de deficiência ou de morte, neste particular aferindo com ponderação as soluções à luz do regime aplicável na guerra colonial e cujas sequelas ainda hoje se fazem sentir com acuidade na nossa sociedade.
17. Um elemento muito relevante do processo de decisão política e da sua subsequente implementação foi o referente à política de informação e de comunicação. Tratou-se de um capítulo particularmente complexo do processo de decisão, desde logo quanto à explicitação, junto da opinião pública, das razões da própria decisão. Atendendo ao protagonismo que neste capítulo me coube assumir, perdoarão que sobre ele não me alongue em considerações. Sem embargo, a principal preocupação observada foi a de compatibilizar a necessária informação sobre uma missão militar de grande impacto junto dos meios

de comunicação e consequentemente junto da opinião pública em geral com a tradicional reserva da instituição militar perante os escrutínios externos e os ditames de reserva e confidencialidade ínsitos numa operação militar de grande envergadura onde estão em jogo vidas humanas.

18. Considerando a ausência de experiências antecedentes, creio ter sido possível definir uma política de “portas abertas”, expressa numa preocupação de informação detalhada e de dispensa de apoio logístico nas deslocações para e no teatro de operações aos representantes dos meios de informação. O primeiro impacto desta política foi particularmente difícil de gerir, reconhecamo-lo, desde logo, por ausência de antecedentes próximos e consequente inexperiência do próprio nível de decisão política, por menor adequação de diversos procedimentos rotineiros da instituição militar e pelo que chamaria o “síndrome CNN” de muitos dos meios de comunicação social na forma como abordaram a missão. Os primeiros tempos no terreno representaram um verdadeiro “choque cultural” para a instituição militar em geral e para os próprios militares envolvidos na missão, mas creio que no geral foi um bom exemplo de “training in job” para todos os intervenientes, tendo a cobertura noticiosa evoluído de uma certa busca de sensacionalismo para uma apreciação mais objectiva das realidades da missão e dos seus fins políticos últimos, tendo elevado significativamente o número de peças noticiosas sobre os temas atinentes à Defesa Nacional e às Forças Armadas. Sem embargo, a dominância noticiosa sobre a missão na Bósnia acabou por provocar algumas reacções nos meios militares envolvidos noutros quadrantes, designadamente em Angola, pela escassa visibilidade pública desta missão por contraponto ao contingente da IFOR e depois da SFOR, situação que foi progressivamente alterada.
19. A globalização comunicacional veio realçar um aspecto muito relevante da gestão deste tipo de missões das nossas Forças Armadas: o desfazamento entre o “tempo da crise” e o “tempo da instituição reagir” perante o “mundo em directo”, dramaticamente evidenciado quando das infaustas ocorrências que provocaram as baixas que sofremos durante a missão. Este circunstancialismo levou a alterar alguns procedimentos informativos internos e externos quer da pró-

pria força quer da instituição militar no seu conjunto e contribuiu para uma renovação da política de informação na área da Defesa Nacional tendo em vista a necessidade de explicitar em detalhe junto do grande público o significado das missões e os seus específicos condicionalismos e para a afirmação da imagem pública das Forças Armadas, elemento tanto mais relevante quanto se inicia um processo de transformação da base de recrutamento da conscrição para o regime exclusivamente contratual. Neste domínio creio ter desempenhado um papel relevante a prática seguida de organizar “briefings”, em “close session”, promovidos pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais com o apoio do Ministério da Defesa Nacional, onde foi possível debater com os jornalistas os aspectos essenciais da missão e mesmo alguns elementos de maior melindre e confidencialidade, com a participação de responsáveis políticos e militares, respeitando regras de reserva na utilização da informação assim disponibilizada que foi sempre uniformemente observada por todos os participantes.

20. Finalmente, no domínio da informação, o Governo procedeu a uma permanente e cuidada monitoragem da evolução da opinião pública sobre a missão. Esta contou sempre com um largo espectro de opiniões favoráveis (entre os 50 por cento e os 70 por cento), excepto na semana em que ocorreram as primeiras baixas mortais em Janeiro de 1996. De acordo com os inquéritos levados a cabo nesse período, uma das razões determinantes para o grau de apoio à missão foi precisamente o facto de ela se integrar numa força da NATO que, pela sua credibilidade, reforçava o grau de confiança dos inquiridos na própria missão.
21. O contributo que a responsabilidade assumida por Portugal nas missões da NATO na Bósnia-Herzegovina deu à nossa imagem no Mundo repercutiu-se, ainda, no seio da própria Aliança, revelando-nos como um país capaz de assumir as suas obrigações e, por isso, merecedor do reconhecimento pelo seu empenhamento nas causas comuns. Em política os argumentos não valem apenas pelo seu mérito próprio, mas também pela credibilidade dos seus emissores. Muito mais é assim quando se trata de política internacional. Por isso, a margem de negociação que nos conferiu a missão na Bósnia, no quadro da NATO, para a redefinição da sua estrutura militar inte-

grada, traduziu-se num resultado que, respeitando as sequelas da plena integração da Espanha (a qual, aliás, sempre apoiámos), salvaguardou integralmente os interesses nacionais e a projecção específica do comando NATO sediado em Portugal, como Comando Regional da nova estrutura da Aliança e com uma área de responsabilidade relevantíssima quer no plano marítimo e aéreo como no terrestre. Mas, nesse contexto, fez crescer ao nosso grau de comprometimento com a estrutura atlântica da Aliança uma nova vertente, de raiz europeia continental, cujo desenvolvimento futuro corresponderá cada vez mais à específica maneira de Portugal estar na Aliança e à síntese que fazemos do valor acrescentado que representamos na Europa e no Mundo como primeira frente atlântica da Europa. O que pressupõe, cada vez mais, a nossa decidida participação na própria codificação da Identidade Europeia de Segurança e de Defesa, na sua especificidade europeia e enquanto pilar europeu da própria NATO.

22. A missão da NATO na Bósnia caracterizou-se ainda por uma outra relevante faceta: a de ser a primeira grande operação no terreno que congregou, numa mesma cadeia de comando, forças NATO e forças não-NATO, com especial destaque para a participação da Rússia e de um vasto conjunto de países muitos dos quais já então integrados na denominada “Parceria para a Paz”. Neste contexto bem se pode dizer que a IFOR e a SFOR foram, nestes últimos quatro anos, a principal “confidence building measure” para a criação de condições que permitam, a prazo, a estabilização de uma arquitectura de segurança e de defesa no continente europeu. No ano em que celebramos o quinquagésimo aniversário da Aliança e em que ocorrerá o seu primeiro alargamento (à Polónia, à Hungria e à República Checa), bem como uma nova revisão do seu Conceito Estratégico, a experiência da Bósnia representa ainda o principal arrimo para ultrapassar desconfianças e enquistamentos e para comprovar a necessidade imperiosa de encontrar fórmulas políticas e militares que potenciem a segurança colectiva no respeito pelas opções e diversidades nacionais.
23. A NATO modificou-se profundamente nestes últimos anos e vai entrar num novo ciclo de vida. Desta forma mostrou-se – e decerto

continuará a mostrar-se – capaz de enfrentar, com êxito, novos desafios e novas ameaças. Sem exageros nacionalistas, creio que Portugal se pode orgulhar do contributo que deu para essa transformação. A única recompensa que esperamos, como portugueses, é a de que os nossos filhos possam, daqui a cinquenta anos, continuar a celebrar esta data em paz! Isso significará que teremos mantido intacta a nossa “veia comemoracionista” que decerto continuará a ser um dos nossos grandes traços de identidade no Século XXI.